

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAGED  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**SYANGUE BARDALES ALVES**

**MEDIAÇÃO ESCOLAR E INCLUSÃO DE ALUNOS INDÍGENAS COM  
DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MANAUS E SÃO  
GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)**

**MANAUS  
2025**

**SYANGUE BARDALES ALVES**

**MEDIAÇÃO ESCOLAR E INCLUSÃO DE ALUNOS INDÍGENAS COM  
DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MANAUS E SÃO  
GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Jonise Nunes Santos

**MANAUS  
2025**

### Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

A474m     Alves , Syangue Bardales  
              Mediação escolar e inclusão de alunos indígenas com deficiência:  
              uma análise das políticas públicas em Manaus e São Gabriel da  
              Cachoeira (AM) / Syangue Bardales Alves . - 2025.  
              29 f. : il., color. ; 31 cm.

              Orientador(a): Jonise Nunes Santos .  
              Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
              Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Curso de  
              Pedagogia, Manaus , 2025.

              1. Educação Inclusiva. 2. Educação Escolar Indígena. 3.  
              Mediação Escolar. 4. Crianças Indígenas com Deficiência. 5.  
              Políticas Públicas Educacionais. I. Santos, Jonise Nunes. II.  
              Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Educação.  
              Curso de Pedagogia. III. Título

---

**SYANGUE BARDALES ALVES**

**MEDIAÇÃO ESCOLAR E INCLUSÃO DE ALUNOS INDÍGENAS COM  
DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MANAUS E SÃO  
GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 30 de dezembro de 2025

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Jonise Nunes Santos  
Orientadora

Profa, Ma. Zilma Rosana Acevedo Oliveira - SEMEDI  
Avaliador

*A conclusão deste ciclo é dedicada, primeiramente, a Deus, que esteve comigo em cada decisão, fortalecendo-me nos momentos de luta e superação; sem Ele, nada disso seria possível. Dedico também à minha mãe, Iza, ao meu pai, Eneimar, ao meu padrasto, José, aos meus avós, Clara e Oscar, e à minha família como um todo, pelo amor, apoio e incentivo constantes ao longo dessa trajetória. Sou profundamente grata por nunca me deixarem desistir.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por Sua bondade diante da minha vida, por Sua misericórdia e por Seus planos. A Pedagogia veio como um presente e um propósito de vida que Deus colocou em meu caminho, conforme nos ensina a Escritura: *“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.”* (Provérbios 16:3).

Agradeço à minha família pelo apoio diário e por estar comigo desde o início dessa caminhada, incentivando e ajudando a enxergar além das dificuldades. Agradeço, especialmente, à minha mãe, por me apresentar inicialmente a Pedagogia, e ao meu pai, por sempre me apoiar e nunca permitir que eu desistisse dos meus sonhos. Nos momentos em que eu não acreditava ser capaz, suas palavras de incentivo me lembravam que o mais importante era tentar e persistir. Hoje, realizo um grande sonho: a conclusão da graduação.

Agradeço também ao meu padrasto, que sempre se esforçou para me apoiar, seja por meio do transporte ou do auxílio com minha alimentação. Sou imensamente grata a vocês por estarem comigo em todos os momentos.

Agradeço ao meu amigo Vanderlei, que esteve presente desde o ensino médio, oferecendo apoio constante, palavras gentis e conselhos nos momentos mais difíceis. Sua presença foi fundamental ao longo dessa trajetória.

Por fim, agradeço às minhas irmãs de graduação, Raket, Aline e Natacha, que estiveram comigo nas adversidades da vida acadêmica, trazendo cor aos dias que pareciam cinzentos. Obrigada por compartilharem momentos felizes e também os mais desafiadores; sou profundamente grata pelo carinho e apoio recebidos ao longo dessa caminhada.

Agradeço ao meu namorado, por estar ao meu lado durante o percurso da graduação, oferecendo apoio e incentivo constantes. Sou profundamente grata à minha orientadora, Jonise Nunes pelo acompanhamento, orientação e dedicação, que foram fundamentais para a realização deste trabalho. Estendo meus agradecimentos a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que, de alguma forma, contribuíram para a construção da pessoa que sou hoje. A jornada foi longa, mas sou grata a todos que fizeram parte dessa trajetória e colaboraram para a minha formação.

*“O envolvimento e o compromisso com a Educação Especial, construídos ao longo do percurso formativo, suscitam indagações e preocupações que fundamentam a reflexão pedagógica e acadêmica.”*

(Syangue Alves)

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a efetivação das políticas públicas de educação inclusiva voltadas a crianças indígenas com deficiência, com foco na atuação do mediador escolar nos municípios de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A pesquisa parte da compreensão de que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, sua concretização enfrenta desafios significativos em contextos marcados por desigualdades territoriais, culturais e linguísticas, como a região amazônica. A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, com análise de legislações, editais, documentos institucionais e produções científicas relacionadas à educação especial, à educação escolar indígena e às políticas públicas educacionais. Foram examinadas ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipal e Estadual de Educação entre os anos de 2022 e 2024, bem como iniciativas de formação e contratação de profissionais de apoio escolar. Os resultados evidenciam avanços na ampliação do acesso e da permanência de alunos com deficiência na educação básica, especialmente no município de Manaus, onde se observa maior institucionalização de programas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a atuação do mediador escolar. Em São Gabriel da Cachoeira, embora existam iniciativas voltadas ao apoio educacional, constata-se fragilidades na implementação e na sistematização das políticas inclusivas, agravadas por barreiras linguísticas, culturais e pela escassez de profissionais qualificados. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva para crianças indígenas com deficiência exige políticas públicas mais articuladas entre educação especial e educação escolar indígena, investimento na formação continuada de mediadores e professores, além do respeito às especificidades culturais e linguísticas das comunidades. A pesquisa contribui para o fortalecimento do debate sobre inclusão e mediação escolar no contexto amazônico.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Educação Escolar Indígena; Mediação Escolar; Crianças Indígenas com Deficiência; Políticas Públicas Educacionais.

## ABSTRACT

This Undergraduate Thesis aims to analyze the implementation of public policies on inclusive education directed at Indigenous children with disabilities, focusing on the role of the school mediator in the municipalities of Manaus and São Gabriel da Cachoeira, in the state of Amazonas, Brazil. The study is based on the understanding that, although Brazilian legislation guarantees the right to inclusive education, its implementation faces significant challenges in contexts marked by territorial, cultural, and linguistic inequalities, such as the Amazon region. The methodology is characterized as a qualitative study with a documentary and bibliographic approach, involving the analysis of legislation, public calls, institutional documents, and scientific publications related to special education, Indigenous school education, and educational public policies. Actions developed by the Municipal and State Departments of Education between 2022 and 2024 were examined, as well as initiatives related to the training and hiring of school support professionals. The results indicate progress in expanding access to and ensuring the permanence of students with disabilities in basic education, particularly in the municipality of Manaus, where there is greater institutionalization of programs such as Specialized Educational Assistance (SEA) and the work of school mediators. In São Gabriel da Cachoeira, although there are initiatives aimed at educational support, weaknesses are identified in the implementation and systematization of inclusive policies, aggravated by linguistic and cultural barriers and by the shortage of qualified professionals. It is concluded that the effective implementation of inclusive education for Indigenous children with disabilities requires more articulated public policies between special education and Indigenous school education, investment in the continuing education of mediators and teachers, and respect for the cultural and linguistic specificities of Indigenous communities. This research contributes to strengthening the debate on inclusion and school mediation within the Amazonian context.

**Keywords:** Inclusive Education; Indigenous School Education; School Mediation; Indigenous Children with Disabilities; Educational Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01– São Gabriel da Cachoeira.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 02 – Manaus.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 03– Edital CETAM nº 004/2024 (Etapa 1).....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 04– Edital nº 02/2023, sede e comunidades/área indígena, cargos administrativos.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 05–Edital N°02/2025 – Sede E Comunidades/área Indígena Cargos Administrativos.....</b>	<b>25</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Educação Inclusiva, Educação Especial e Educação Indígena .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Mediação Escolar no Contexto da Educação Indígena Inclusiva .....</b>	<b>15</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>16</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Marcos legais, políticas públicas e produções acadêmicas sobre a     inclusão de alunos indígenas com deficiência .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 A efetivação das políticas públicas de inclusão nas redes municipais de     Manaus e São Gabriel da Cachoeira .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O mediador escolar, também denominado profissional de apoio escolar, caracteriza-se como um facilitador no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência (PCD), atuando como intermediador entre o aluno e as diversas situações vivenciadas no contexto escolar. Sua atuação busca estimular a percepção de desafios, apresentar alternativas de forma sutil e favorecer a autonomia do estudante, possibilitando que ele reconheça diferentes opções e desenvolva iniciativas próprias nos diversos contextos educativos, contribuindo para sua efetiva inclusão no ambiente escolar.

Segundo Ramos (2016, p. 5), “a educação inclusiva é uma das questões centrais dos direitos humanos, assinalada nas declarações e convenções internacionais”. De fato, observa-se um crescimento significativo no número de pessoas com deficiência inseridas na rede regular de ensino. Contudo, apesar desse avanço no acesso, a discussão sobre a permanência com qualidade ainda se apresenta como um desafio, especialmente no que se refere à atuação do mediador escolar como estratégia fundamental no processo de inclusão. A inclusão educacional, portanto, vai além da simples matrícula, exigindo condições pedagógicas adequadas que assegurem o desenvolvimento integral dos estudantes.

Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando se trata de alunos indígenas com deficiência, uma vez que esse público apresenta especificidades culturais, linguísticas e sociais que precisam ser consideradas no processo educativo. Nesse sentido, a presente pesquisa revela-se relevante, sobretudo por o Amazonas ser o estado brasileiro com o maior número de pessoas indígenas, destacando-se os municípios de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, que concentram significativa diversidade étnica, conforme dados do IBGE (2023). Tal contexto demanda políticas educacionais que considerem, de forma integrada, os princípios da educação inclusiva, da educação especial e da educação escolar indígena.

Entende-se que, em determinadas situações, a criança com deficiência necessita do acompanhamento de profissionais especializados, como psicopedagogos e fonoaudiólogos, atuando em parceria com os profissionais da educação. Nesse cenário, destaca-se a figura do mediador escolar, cuja função consiste em colaborar no planejamento pedagógico, no desenvolvimento de

estratégias de ensino e na promoção das habilidades do aluno, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais específicas.

A oferta de matrícula para crianças com deficiência é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Correia (2008) aponta que, ao longo do tempo, a educação inclusiva e a educação especial passaram por transformações conceituais significativas, sendo a educação inclusiva compreendida como um processo que busca atender às necessidades educativas especiais no âmbito familiar, no ensino regular e em outros espaços sociais. Valente (1991) complementa ao destacar que a educação especial compartilha os mesmos objetivos da educação geral, diferenciando-se em aspectos como organização do espaço, materiais pedagógicos, currículo, planejamento escolar e formação docente.

No contexto das escolas públicas do Amazonas, a contratação do mediador escolar ocorre mediante solicitação institucional, precedida por avaliação pedagógica da necessidade do aluno. Esse processo envolve a elaboração de documentação específica pela gestão escolar, incluindo parecer pedagógico, laudo médico, quando necessário, e a concordância dos responsáveis, não se configurando como uma solicitação realizada de forma isolada pelas famílias. Cabe, portanto, às Secretarias Municipais de Educação o desenvolvimento de políticas públicas e programas que viabilizem a oferta de mediadores escolares, muitas vezes por meio da contratação de estagiários, visando atender às demandas da educação inclusiva.

Diante desse cenário, emerge a seguinte problemática: as políticas públicas existentes têm sido efetivas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade de alunos indígenas com deficiência nas redes municipais de ensino? Tal indagação evidencia a necessidade de investigar como se estruturam as políticas de oferta do mediador escolar e de que forma elas contribuem, ou não, para o processo de inclusão educacional desse público.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a política de oferta do mediador escolar no processo de inclusão de alunos indígenas com deficiência nas redes municipais de educação de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Como objetivos específicos, busca-se: identificar a legislação e as produções acadêmicas referentes ao mediador escolar; conhecer as orientações didático-pedagógicas direcionadas a esse profissional para a realização

de suas atividades; e refletir sobre a efetividade das políticas públicas voltadas à garantia da permanência escolar de alunos indígenas com deficiência.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, que busca compreender como as políticas públicas têm estruturado a oferta do mediador escolar no contexto da educação indígena inclusiva. A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender se as políticas educacionais existentes respondem, de forma adequada, às demandas da educação inclusiva no contexto indígena, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais equitativas, culturalmente sensíveis e comprometidas com o direito à educação de qualidade para todos.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Educação Inclusiva, Educação Especial e Educação Indígena**

A Educação Especial constitui uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, destinada ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando recursos, serviços e estratégias que atendam às necessidades educacionais específicas desses estudantes.

Nesse sentido, a Educação Especial carrega um longo percurso histórico marcado por avanços e retrocessos, muitas vezes encobertos por diferentes marcos históricos. Apesar disso, observa-se que, nos últimos anos, ocorreram progressos significativos, especialmente a partir do surgimento do movimento pela inclusão escolar. Esse processo foi impulsionado por lutas sociais e movimentos históricos que evidenciaram a necessidade de garantir o direito à educação para todos. Como resultado dessas mobilizações, consolidaram-se políticas públicas voltadas à Educação Inclusiva, buscando assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular.

Para Mantoan (2003), a educação inclusiva perpassa a Educação Especial,

não se restringindo apenas às pessoas com deficiência, mas abrangendo todos os indivíduos, independentemente de suas especificidades e necessidades diferenciadas. Essa abordagem visa garantir o direito à educação para todos, promovendo a inclusão e o reconhecimento da diversidade presente no contexto escolar, em todas as etapas e níveis de ensino.

A perspectiva de inclusão deve abranger também a Educação Indígena, considerando as particularidades culturais, sociais e linguísticas dos povos indígenas. Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) assegura o direito à educação diferenciada, respeitando as especificidades étnico-culturais, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforça a obrigatoriedade da oferta de ensino que contemple essas diferenças. Entre essas especificidades estão o ensino bilíngue, a adaptação de conteúdos pedagógicos e a valorização das línguas e culturas indígenas, garantindo que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma sensível às necessidades de cada comunidade.

Dessa forma, a educação inclusiva, ao integrar a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena, contribui para a construção de práticas pedagógicas equitativas e adaptadas, fortalecendo não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e a participação dos estudantes no contexto escolar.

## **2.2 Mediação Escolar no Contexto da Educação Indígena Inclusiva**

O aumento das matrículas de alunos indígenas com deficiência reforça a necessidade de profissionais especializados. Contudo, conforme Menezes, Simas e Scantbelruy (2023), embora a legislação da Educação Especial garanta direitos, ainda não há diretrizes específicas que considerem as particularidades do atendimento aos alunos indígenas com deficiência.

Com os avanços das políticas educacionais voltadas à educação inclusiva e especial, destaca-se a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, emerge a figura do apoio escolar, conhecido popularmente como mediador escolar, profissional fundamental para a inclusão.

Segundo Mousinho et al. (2010), o mediador favorece a interpretação do estímulo ambiental, atribuindo significado à informação recebida e possibilitando que aprendizagens sejam aplicadas a novos contextos, tornando o ambiente relevante e

significativo para o desenvolvimento do aluno. Assim, sua principal função é facilitar a interação da criança com o ambiente escolar, auxiliando na compreensão e resolução de desafios no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, a mediação escolar voltada para alunos indígenas se insere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, sendo o mediador uma figura potencialmente estratégica para a efetivação do direito à educação. No entanto, no âmbito indígena, a partir da análise da literatura, observa-se que o papel do mediador escolar no contexto da educação indígena ainda se encontra pouco consolidado, apresentando lacunas quanto à definição de atribuições, formação específica e reconhecimento institucional. Assim, a mediação escolar, na prática, ocorre principalmente por meio da interação direta entre professores e alunos, sem evidências concretas da atuação formal do mediador como agente de suporte no processo educativo.

De acordo com Campos e Paiva (2023), apesar da ampliação dos direitos educacionais e da inserção de mediadores escolares, a inclusão plena ainda enfrenta desafios, como a necessidade de políticas públicas mais eficazes, melhoria das condições de trabalho, tempo adequado para planejamento pedagógico e investimentos contínuos na formação docente.

Dessa forma, ao analisar os direitos, observa-se que eles estão diretamente relacionados às políticas públicas existentes, que buscam atender às necessidades da sociedade. No âmbito educacional, é possível identificar avanços significativos, mas também lacunas que ainda precisam ser preenchidas. Quando se trata da inclusão dos povos indígenas, torna-se evidente que ainda há muito a ser conquistado e aprimorado para garantir uma educação efetivamente inclusiva e equitativa.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as políticas públicas e as produções acadêmicas que possam contribuir para a investigação da mediação escolar, com ênfase na mediação voltada a alunos indígenas com deficiência. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educacionais de maneira aprofundada, considerando os aspectos subjetivos e contextuais presentes nas relações

pedagógicas e sociais. Nesse sentido, conforme assinala Minayo (2007, p. 22), “a pesquisa qualitativa responde a questões específicas relacionadas às ciências sociais [...] abrangendo dimensões da realidade que não podem ser quantificadas”.

Para atender aos objetivos propostos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com o intuito de identificar legislações e referenciais teóricos relacionados à atuação do mediador escolar, bem como orientações que fundamentam suas práticas. Essas fontes possibilitaram analisar os desafios presentes na efetivação das propostas pedagógicas voltadas à inclusão, contribuindo para a consolidação do processo de aprendizagem da criança. Do ponto de vista teórico, a pesquisa apoia-se em legislações que asseguram os direitos e a relevância da Educação Especial, buscando compreender situações em que a criança com desenvolvimento atípico possa desenvolver autonomia e ampliar suas capacidades nos aspectos social, motor, afetivo e cognitivo.

A construção do conhecimento acerca da função do mediador ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, que, segundo Fonseca (2002, p. 32), se desenvolve “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites”. Complementarmente, a pesquisa documental, conforme Severino (2007, p. 123), volta-se aos “conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico”, constituindo-se como matéria-prima para o desenvolvimento da investigação. Dessa forma, as análises realizadas a partir dos documentos selecionados possibilitaram compreender a presença do mediador no processo de educação inclusiva, fundamentando as discussões do referencial teórico.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizado um Estado da Arte, caracterizado como uma abordagem de natureza bibliográfica. De acordo com Silva, Souza e Vasconcelos (2021, p. 2), essa metodologia consiste em levantamentos sistemáticos ou balanços do conhecimento produzido em determinado período e área de abrangência. Assim, o estudo buscou identificar e analisar as principais contribuições acadêmicas relacionadas à temática, evidenciando tendências e lacunas existentes.

O levantamento das produções acadêmicas utilizou os seguintes descritores: “Apoio escolar no Amazonas”, “Mediador escolar no Amazonas”, “Apoio escolar na rede municipal”, “Educação indígena e Educação Especial/Inclusiva no Amazonas” e “Alunos indígenas com deficiência”. Inicialmente, a busca foi delimitada ao período

de 2018 a 2022; entretanto, diante da ausência de trabalhos diretamente relacionados ao tema, o recorte temporal foi ampliado para 2012 a 2024, resultando na seleção de dez documentos relevantes. As buscas foram realizadas nas plataformas Periódicos CAPES, Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Repositório Institucional da UFAM (RIU), OASISBR, SciELO e Google Acadêmico.

O referencial teórico é composto por dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e artigos científicos relacionados à temática. Destacam-se autores como Jaqueline Martins, com o estudo O Aluno Indígena e a Educação Especial: Um Estudo do Contexto Amazônico; Reinaldo Menezes, Hellen Simas e Iranvith Scantbelruy, com o texto A Invisibilidade dos Indígenas com Deficiência nos Marcos Legais da Educação Especial no Brasil; e Michele Sá, Eduardo Ribeiro e Taísa Gonçalves, com o estudo Escolares Indígenas com Deficiência no Brasil: Uma Análise a Partir do Censo Escolar da Educação Básica. Essas produções contribuem para a compreensão da Educação Especial em contextos indígenas e regionais, fortalecendo a análise da pesquisa.

Além disso, a pesquisa contemplou autores que discutem a mediação de alunos com deficiência no contexto de Manaus, bem como o papel do mediador escolar na rede municipal. Para ampliar a análise das políticas públicas, foram consultados websites oficiais do município de São Gabriel da Cachoeira e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), além de informações da rede estadual de ensino (SEDUC). Essa ampliação permitiu verificar as ações desenvolvidas pelo Estado no cumprimento das normativas relacionadas à inclusão educacional.

Dessa forma, a pesquisa concentrou-se no levantamento e análise das legislações e políticas públicas voltadas ao apoio escolar, ao acesso e à permanência de alunos indígenas com deficiência nas redes municipais de ensino de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas.

#### **4. RESULTADO E DISCUSSÕES**

A análise dos resultados tem como base o projeto de pesquisa, no qual foram realizados o levantamento e a coleta de dados relacionados à mediação escolar e à inclusão de alunos indígenas no contexto amazônico, com destaque para os

municípios de Manaus e São Gabriel da Cachoeira. O objetivo consiste em analisar o papel do mediador no âmbito da educação especial e da mediação de alunos indígenas com deficiência, considerando as políticas públicas existentes e verificando em que medida essas ações têm sido efetivas no processo de inclusão escolar.

Para organizar a discussão dos resultados, o capítulo foi estruturado em eixos temáticos que contemplam, inicialmente, a análise dos marcos legais e das produções acadêmicas sobre a mediação escolar na educação indígena inclusiva. Em seguida, são discutidas as políticas de oferta do mediador escolar nos municípios de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, considerando as ações institucionais, programas e formações desenvolvidas. Por fim, apresentam-se reflexões sobre os desafios, limites e possibilidades da mediação escolar no contexto da educação indígena, articulando os dados analisados com a literatura e apontando caminhos para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

#### **4.1 Marcos legais, políticas públicas e produções acadêmicas sobre a inclusão de alunos indígenas com deficiência**

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinam a obrigatoriedade de vagas para crianças com deficiência e ressaltam a importância da formação continuada de professores e da contratação de profissionais de apoio escolar.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirma que a Educação Especial deve ocorrer de forma transversal e prioritariamente na rede regular de ensino, assegurando serviços, recursos e apoios aos estudantes com deficiência. Embora não trate especificamente dos povos indígenas, seus princípios dialogam com a Educação Escolar Indígena ao defender o respeito à diversidade cultural e a garantia do direito à educação em condições de equidade, reforçando a necessidade de práticas educacionais inclusivas sensíveis às realidades locais.

No caso específico dos povos indígenas, a Constituição Federal reconhece suas organizações sociais, línguas, costumes e tradições, assegurando o direito a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, conforme previsto no artigo 210, §2º. A LDB, por sua vez, reforça esses princípios ao estabelecer, em seus artigos 78 e 79, que a educação escolar indígena deve respeitar as especificidades étnico-culturais, valorizar os saberes tradicionais e garantir processos próprios de ensino e aprendizagem.

Essas normativas possuem grande relevância no contexto educacional da região Norte, marcada por particularidades culturais, étnicas e geográficas que impõem desafios específicos à implementação das políticas inclusivas. Nesse cenário, torna-se fundamental a articulação entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação dos estudantes indígenas com deficiência no ensino regular, evidenciando a necessidade de políticas públicas efetivas, formação docente adequada e estratégias de apoio escolar que considerem as realidades locais.

Nessa perspectiva, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva e à oferta de profissionais de apoio escolar quando necessário, observa-se que a efetivação desses direitos ainda ocorre de forma desigual. As políticas públicas vêm sendo atualizadas para atender às demandas da sociedade, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência; contudo, ao aprofundar a análise, percebe-se que esse direito nem sempre é garantido na prática. Nesse contexto, a figura do apoio escolar da Educação Especial assume papel fundamental como estratégia de efetivação do direito à educação inclusiva, especialmente em realidades marcadas por vulnerabilidades sociais, culturais e territoriais.

Esse distanciamento entre o que é previsto nos marcos legais e o que se concretiza no cotidiano escolar evidencia que a garantia do direito à educação inclusiva ainda enfrenta limites estruturais, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais e socioculturais, como a região amazônica.

Embora a Lei nº 13.146/2015 assegure o direito ao profissional de apoio escolar, sua implementação ainda enfrenta desafios, sobretudo no que diz respeito à formação e à organização do trabalho desses profissionais. O Decreto nº 12.773/2025, ao regulamentar esse direito, estabelece critérios relacionados à

qualificação e à atuação do profissional de apoio escolar, sem criar novas obrigações além daquelas já previstas em lei, evidenciando que a legislação avança, mas ainda se encontra em processo de consolidação.

Para além dos marcos legais, torna-se fundamental analisar como essas políticas se materializam no contexto educacional a partir das produções acadêmicas. Estudos como o de Sá e Cia (2014), ao examinarem dados do Censo Escolar entre 2007 e 2010, evidenciam um crescimento no número de matrículas de alunos indígenas com deficiência nas escolas indígenas brasileiras.

No entanto, as autoras apontam que esse aumento não foi acompanhado pela ampliação de serviços e recursos da Educação Especial, como o Atendimento Educacional Especializado, revelando fragilidades na articulação entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de estratégias de apoio escolar que considerem as especificidades culturais, linguísticas e territoriais dos povos indígenas (SÁ; CIA, 2014).

Nesse sentido, observa-se também uma lacuna nas produções acadêmicas relacionadas à mediação e ao apoio escolar no contexto indígena, especialmente quando se trata de estudantes indígenas com deficiência na região amazônica. A escassez de estudos específicos sobre essa temática evidencia a relevância da presente pesquisa, que busca contribuir para o aprofundamento das discussões e para o fortalecimento de práticas inclusivas sensíveis às realidades locais.

Diante do exposto, evidencia-se uma distância significativa entre o que é previsto nos marcos legais e o que efetivamente se concretiza no cotidiano das redes de ensino. Embora a legislação assegure o direito à educação inclusiva e à oferta de profissionais de apoio escolar, observa-se que, em contextos específicos como os municípios de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, a implementação dessas políticas ocorre de forma desigual e, por vezes, limitada.

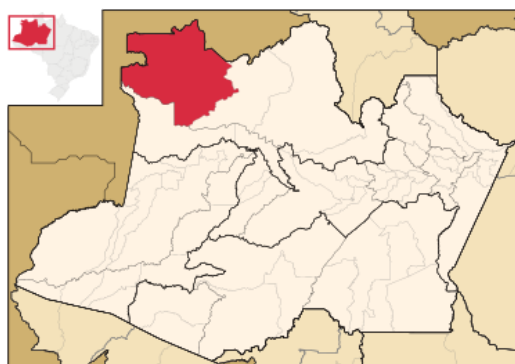
Fatores como a insuficiência de profissionais qualificados, a ausência de formação continuada específica e as particularidades socioculturais e territoriais da região amazônica impactam diretamente a garantia do acesso, da permanência e da participação dos estudantes indígenas com deficiência no ensino regular. Nesse sentido, a análise das políticas públicas e das produções acadêmicas reforça a necessidade de investigar como o apoio escolar tem sido organizado nesses contextos, evidenciando a relevância do presente estudo para compreender os

desafios e possibilidades da mediação educacional na efetivação da educação inclusiva.

#### **4.2 A efetivação das políticas públicas de inclusão nas redes municipais de Manaus e São Gabriel da Cachoeira**

A região Norte do Amazonas, marcada por particularidades culturais, étnicas e geográficas, apresenta desafios específicos na implementação de políticas públicas inclusivas. Esta pesquisa analisou a aplicação dessas legislações em municípios como São Gabriel da Cachoeira e Manaus, considerando diversidade indígena, barreiras de acesso e demandas regionais por inclusão e qualidade na educação.

Imagem 1: São Gabriel da Cachoeira(AM).



Fonte:Wikipedia, 2021.

O município de São Gabriel da Cachoeira, situado no Alto Rio Negro, destaca-se por sua vasta extensão territorial e população majoritariamente indígena, composta por 23 etnias. Além do português, possui três línguas oficiais: Nheengatu, Tucano e Baniwa, refletindo sua riqueza cultural. A Lei Estadual nº 6.303/2023 reconheceu as línguas indígenas como patrimônio cultural imaterial, cooficializando diversas línguas e instituindo a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas, fortalecendo sua preservação e difusão.

Imagem 2: Manaus(AM).



Fonte:Wikipedia, 2021.

Manaus, capital do estado, localizada na confluência dos rios Negro e Solimões, apresenta grande diversidade cultural e é um centro econômico da região Norte, abrigando o Polo Industrial da Zona Franca. A inclusão de alunos indígenas com deficiência tem se tornado relevante, porém enfrenta desafios como a necessidade de profissionais especializados. Menezes, Simas e Scantbelruy (2023) apontam que, embora a legislação sobre Educação Especial garanta direitos, ainda faltam diretrizes específicas para alunos indígenas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) reforça a importância da equidade e da permanência desses estudantes. Nesse contexto, destaca-se a atuação do apoio escolar ou mediador escolar, cujo papel é facilitar a interação do estudante com o ambiente e auxiliar na resolução de desafios educacionais. Como enfatizam Alves, Farias e Pond (2024, p. 122):


Apesar dos avanços nas legislações para garantir o acesso e a permanência de crianças com deficiência nas escolas regulares, verifica-se lacunas existentes, muitas crianças apresentam a necessidade de um acompanhamento específico nas suas atividades dentro dos espaços escolares, visto que os professores regentes obtêm uma alta demanda em abarcar todos os alunos, é a partir desta perspectiva em atender as necessidades educacionais que surge o trabalho de um profissional popularizado como 'Mediador', que atualmente na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, obtém o nome de Estagiário de Apoio Escolar.

O sistema educacional do Amazonas tem buscado atender essas demandas por meio de formações continuadas e projetos voltados à educação inclusiva, promovidos pela SEMED e SEDUC. Em Manaus, parcerias com o CIEE e o Instituto Talentos oferecem estágios remunerados para acadêmicos de pedagogia, educação física e letras, capacitando profissionais para atuar em sala de aula (Campos e Paiva, 2023). Entre 2022 e 2024, formações continuadas foram ampliadas, promovendo qualificação constante e educação mais inclusiva.

Projetos estaduais, como o Trilhas do Saber, implementado em São Gabriel

da Cachoeira, oferecem percursos formativos voltados à capacitação de professores e gestores, abordando metodologias interativas e estratégias específicas de educação especial. A implementação dessas políticas enfrenta desafios devido à diversidade regional, exigindo adaptação de programas e recursos pedagógicos.


Imagem 3: Edital CETAM nº 004/2024 (Etapa 1)



ORDEM	CURSO	CARGA HORÁRIA	IDADE	ESCOLARIDADE MÍNIMA	PRÉ-REQUISITO
85	MANUTENÇÃO E REPARO EM REFRIGERAÇÃO	150	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	
86	MAQUIAGEM	80	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	
87	MAQUIAGEM BÁSICA	40	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	
88	MARKETING PESSOAL	15	16 anos	Ensino Fundamental Completo	
89	MARKETING DIGITAL NAS MÍDIAS SOCIAIS	80	16 anos	Ensino Médio Incompleto	
90	MECÂNICO DE MOTOCICLETAS	280	18 anos	Ensino Médio Completo	
91	MECÂNICA BÁSICA DE MOTOCICLETAS	40	18 anos	Ensino Médio Completo	
92	MEDIADOR ESCOLAR	160	18 anos	Ensino Médio Completo	Estudantes ou Profissionais das áreas de Educação e Saúde e demais interessados em atuar na inclusão escolar.
93	MICROPIGMENTAÇÃO DE SOBRANCELHAS	120	18 anos	Ensino Médio Completo	
94	MODELAGEM DO VESTUÁRIO	120	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	
95	NOÇÕES BÁSICAS PARA MOTORISTA DE APLICATIVO	40	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	
96	NOÇÕES BÁSICAS EM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	20	18 anos	Ensino Médio Incompleto	
97	NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS	20	18 anos	Ensino Fundamental Incompleto	

www.cetam.am.gov.br  
twitter.com/cetam\_amazonas  
instagram.com/cetam.amazonas  
youtube.com/cetam  
facebook.com/cetam.amazonas

gabinete@cetam.am.gov.br  
Fone: (92) 2126-7484 | 7488 | 7491  
Av. Pedro Teixeira, 2354, Dom Pedro I  
Manaus - AM  
CEP: 69040-000



Fonte: CETAM, 2024.

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) passou a oferecer, em 2024, o curso de Mediador Escolar com carga horária de 160 horas, direcionado a estudantes e profissionais da educação e saúde. Entre 2022 e 2024, órgãos educacionais implementaram projetos que fortaleceram a formação continuada de professores e mediadores, com foco em educação especial.

Apesar dos avanços, obstáculos estruturais, pedagógicos e culturais persistem. Em São Gabriel da Cachoeira, não foram encontrados registros formais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), embora haja indícios de sua existência. Barreiras linguísticas, escassez de mediadores qualificados e falta de materiais bilíngues adaptados dificultam a inclusão efetiva, especialmente considerando as mais de 16 línguas indígenas cooficiais.

Imagem 4: Edital nº 02/2023, sede e comunidades/área indígena, cargos administrativos.

NÍVEL MÉDIO	
CARGOS	EXPERIÊNCIA E TÍTULO
Auxiliar de Ensino; Auxiliar de Apoio e Desenvolvimento ao aluno com necessidades educacionais especiais; Técnico em Nutrição. Técnico em Secretariado Escolar.	Experiência profissional no cargo a ser concorrido
	Atestado de anuência da comunidade expedida pelo Departamento de Educação Escolar Indígena da SEMED. (específico para o Interior)
	Curso de Formação na Área de Educação com carga horária acima de 40h (contados a partir de 2020)
	Curso de Formação para o cargo pretendido, devidamente registrado por Instituição competente;

Fonte: Portal acesso à informação e Transparência dos Municípios do Estado Amazonas, 2023.

A imagem apresentada é referente ao PSS de 2023, evidencia um dos cargos ofertados, sendo ele Auxiliar de Ensino e Auxiliar de Apoio ao Desenvolvimento do Aluno com Necessidades Especiais. Nesse contexto, foram encontrados dados que indicam que a SEMED oferece apoio escolar voltado à educação especial nas comunidades e escolas indígenas. Assim, a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira realiza a oferta de vagas para profissionais da educação, com o objetivo de reforçar a atuação da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena (SEMEDI), garantindo suporte especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Imagem 5: Edital N°02/2025 – Sede E Comunidades/área Indígena Cargos Administrativos.

III. Cargos de Nível Médio:

CARGO	TOTAL DE VAGAS	PcD 2%	PPE 40%	REQUISITOS
Auxiliar de Ensino (Ed. Infantil) - Sede	56 + cadastro reserva	2	22	a) Certificado ou declaração de conclusão de curso do Ensino Médio, expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente. b) Certificado ou declaração de Cursos voltados a área de Educação Infantil.
Auxiliar de Ensino (Ed. Especial) - Sede	85 + cadastro reserva	1	34	a. Certificado ou declaração de conclusão de curso do Ensino Médio, expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente. b. Certificado ou declaração de Cursos voltados na área de Educação Especial.
Auxiliar de Ensino (Ed. Infantil) - Interior	02 + cadastro reserva	-	4	a. Certificado ou declaração de conclusão de curso do Ensino Médio, expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente. b. Certificado ou declaração de Cursos voltados à área de Educação Infantil.
Auxiliar de Ensino (Ed. Especial) Interior	31 + cadastro reserva	-	-	a. Certificado ou declaração de conclusão de curso do Ensino Médio, expedido por instituição de ensino, devidamente reconhecida por órgão competente. b. Certificado ou declaração de Cursos voltados na área de Educação Especial.

Fonte: Portal acesso à informação e Transparência dos Municípios do Amazonas, 2025.

A Imagem 5 refere-se ao PSS 2025 e evidencia a oferta de cargos semelhantes aos disponibilizados no ano de 2023, ambos voltados para a área educacional. Observa-se que, nos dois processos, os cargos foram destinados a candidatos com ensino médio completo, exigindo como requisito o certificado de conclusão e, adicionalmente, um curso de especialização em educação especial. No entanto, há uma diferença importante: enquanto o edital de 2023 solicitava também

experiência profissional relacionada ao cargo, no de 2025 essa exigência deixou de constar, permanecendo apenas a necessidade de especialização.

Conforme Rodrigues (2014, p. 44) destaca a importância de respeitar os saberes indígenas:

Antes de a escola formal ser introduzida nas comunidades indígenas, já existia sua própria maneira de produzir e transmitir os conhecimentos. Estes são elaborados a partir de particularidades culturais ligadas à história do povo, às características ecológicas da região amazônica, à mitologia, aos costumes e suas formas de inserção no contexto.

O processo de ensino e aprendizagem é contínuo, mas no caso de alunos com deficiência, a mediação é fundamental. A pesquisa evidenciou que a efetiva inclusão depende não apenas da presença física, mas da oferta de profissionais qualificados e de políticas que considerem as especificidades culturais e linguísticas. Obstáculos persistem, como a falta de formação adequada de professores, escassez de mediadores e limitação de recursos direcionados à educação indígena, reforçando desigualdades históricas.

Segundo Rodrigues (2014, p. 64) reforça:

Atualmente, ainda existem muitos empecilhos a serem vencidos para que a inclusão se efetive de fato. Muitas mudanças precisam acontecer principalmente no que se refere à organização pedagógica do ensino regular e à oferta dos serviços que atendam as suas atribuições, como formação de professores especializados em atendimentos educacionais especializados, chegando também na educação escolar indígena Tikuna, para que os próprios indígenas possam cuidar dos seus, nas escolas regulares indígenas.

A mediação escolar se configura, assim, como elemento estratégico, articulando direitos, políticas públicas e práticas pedagógicas, promovendo uma educação equitativa, inclusiva e sensível às especificidades culturais da região. Para avançar, é necessária a ampliação de programas de formação continuada para professores indígenas, construção de escolas acessíveis, implementação de salas de recursos multifuncionais e desenvolvimento de materiais pedagógicos bilíngues adaptados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu compreender de forma detalhada o processo de inclusão de alunos indígenas com deficiência nas redes municipais de Manaus e São Gabriel

da Cachoeira, evidenciando que os objetivos propostos foram, em grande medida, alcançados. Foi possível mapear as políticas públicas existentes, identificar o papel dos mediadores escolares e analisar os desafios enfrentados pelos municípios no cumprimento das legislações voltadas à educação inclusiva e especial. Observou-se que, embora a legislação brasileira garanta direitos a esses estudantes, sua efetivação ainda depende de ações concretas e adaptadas às especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas.

O estudo revelou que o contexto amazônico apresenta particularidades que impactam diretamente a inclusão escolar. Em São Gabriel da Cachoeira, a diversidade linguística e cultural, com mais de 16 línguas indígenas cooficiais, impõe desafios significativos à comunicação e à mediação pedagógica. Em Manaus, apesar de existir uma estrutura mais consolidada para a educação especial, ainda se percebe a necessidade de ampliar a formação continuada de profissionais e a oferta de recursos adaptados às diferentes necessidades dos alunos. O contraste entre os municípios evidencia desigualdades regionais que devem ser enfrentadas com políticas públicas articuladas e contextualizadas.

Embora haja avanços notáveis, como a criação de programas de capacitação e a implementação de projetos voltados à inclusão, ainda existem lacunas estruturais, pedagógicas e culturais. A escassez de mediadores escolares qualificados, a insuficiência de materiais bilíngues adaptados e a limitada articulação entre políticas de educação indígena e educação inclusiva reforçam barreiras históricas. Estes fatores indicam que a inclusão formal ainda não se traduz em inclusão efetiva, exigindo estratégias mais abrangentes e direcionadas.

O estudo demonstrou a importância do mediador escolar como elo entre aluno, professor e comunidade, promovendo participação ativa e equitativa no processo de aprendizagem. A atuação desses profissionais, quando qualificada e contínua, contribui para reduzir desigualdades educacionais e fortalece o direito à educação inclusiva. No entanto, a efetividade desse papel depende de investimentos em formação específica, reconhecimento institucional e acompanhamento sistemático das práticas adotadas nas escolas.

Para aprimorar a educação inclusiva na região, recomenda-se a criação de programas contínuos de capacitação voltados para professores indígenas, a expansão de salas de recursos multifuncionais, a produção de materiais pedagógicos bilíngues adaptados e a articulação mais efetiva entre o Estado e os

municípios. Além disso, é essencial que as políticas de inclusão sejam constantemente avaliadas e ajustadas, considerando as necessidades regionais e a participação ativa das comunidades indígenas na construção das práticas educacionais.

Em síntese, a pesquisa evidenciou que, apesar dos avanços legais e institucionais, o caminho para a inclusão efetiva de alunos indígenas com deficiência ainda apresenta desafios significativos. O cenário atual aponta tanto para oportunidades quanto para lacunas, mostrando que a implementação de políticas públicas deve ser contínua, contextualizada e sensível às particularidades culturais e linguísticas. Assim, o estudo contribui para a reflexão crítica sobre a educação inclusiva na Amazônia e oferece subsídios para futuras ações e pesquisas que promovam a equidade e a qualidade no ensino para todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Syangue; FARIAS, Natacha; POND, Beatriz. **Olhares Sobre a Inclusão: Vivências e Desafios no Ensino de Crianças Com Deficiência**. SEMAP, 2024.

Disponível em:

<https://faced.ufam.edu.br/daplan/2-uncategorised/202-semana-de-pedagogia-semape.html>, Acesso em 09 de janeiro. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 09 de janeiro. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 09 de janeiro. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 09 de janeiro. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMPOS, Sofia; PAIVA, Nataliana. **Vivências e experiências de uma mediadora em Manaus/AM**. SEMAP, 2023. Disponível em:

<https://faced.ufam.edu.br/daplan/2-uncategorised/202-semana-de-pedagogia-semape.html>, Acesso em 09 de janeiro. 2025.

CORREIA, Luís. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais- Um guia para educadores e professores**. 2a Ed. Porto: Porto Editora, 2008.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Jaqueline da silva. **O aluno Indígena e a Educação Especial: um estudo do contexto Amazônico** / Jaqueline da silva Martins. 2019.

MENEZES, R. O., SIMAS, H. C. P., & SCANTBELRUY, I. C. **A [in]visibilidade dos indígenas com deficiência nos marcos legais da educação especial**. Linhas Críticas, 2023.

Disponível: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/49796>. Acesso em 09 de janeiro. 2025.

MOUSINHO, Renata.; SCHMID, Evelyb; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana.; MENDES, Luciana.; SHOLL, R.; NÓBREGA, Vanessa. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. 2010.

NETO, Fernando Nascimento. **Avanços legislativos na perspectiva da Educação Inclusiva e Especial**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 45, 24 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/avancos-legislativos-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-e-especial>. Acesso em 09 de janeiro. 2025.A

RAMOS, Alex. **Trabalho de Projeto Educação Inclusivas Políticas e Práticas**. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2016.

RODRIGUES, Darcimar Souza. **A educação inclusiva na escola indígena Ebenezer do povo Tikuna da Comunidade de Filadélfia no município de Benjamin Constant-AM** / Darcimar Souza Rodrigues; orientador Roberto Ervino Zwetsch. - São Leopoldo: EST/PPG, 2014.

SÁ, Michele; CIA, Fabiane. **Educação Especial nas Escolas indígenas : Análise do Censo Escolar de 2007 - 2010**. Revista de Educação Especial, 2015.

SÁ, Michele;RIBEIRO, Eduardo; GONÇALVES, Taisa. **Escolares indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020)**. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 104, e5234, 2023.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS (SEDUC-AM)**. Trilhas do Saber: São Gabriel da Cachoeira recebe projeto do Governo do Amazonas. 2022.

Disponível em:

<https://antigo.seduc.am.gov.br/trilhas-do-saber-sao-gabriel-da-cachoeira-recebe-projeto-do-governo-do-amazonas/> .

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez,2007.

SILVA, Anne;SOUZA, Roberta ; VASCONCELLOS, Vera. **O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento**. Educação, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.-dez. 2020 . e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X. Disponível em:

<https://classroom.google.com/c/NTU0NjEzNDExMjAw/a/NjE2NTcyOTczMDU3/details> . Acesso em 09 de janeiro. 2025.

VALENTE, A. **Liberando a Mente – Computadores na Educação Especial**. São Paulo (SP): Biblioteca Central, 1991.BRASIL, 2015.